



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO ARARANGUÁ-ARA
DEPARTAMENTO DE ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
PLANO DE ENSINO

SEMESTRE 2017.1

I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	NÚMERO DE AULAS SEMANAIS		TOTAL DE HORAS-AULA SEMESTRAIS
		TEÓRICAS	PRÁTICAS	
ARA7328	Direito e Legislação Ambiental	04	-	72

HORÁRIO

TURMAS TEÓRICAS	TURMAS PRÁTICAS	MÓDULO
Turma: 08653 Horário: 2.1620-2 4.1420-2	-	Presencial

II. PROFESSOR(ES) MINISTRANTE(S)

Reginaldo Geremias

III. PRÉ REQUISITOS

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA
ARA7325	Poluição Ambiental

IV. CURSO (S) PARA O QUAL (IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA

Curso de Engenharia de Energia

V. JUSTIFICATIVA

O estudo dos fundamentos básicos do Direito e da Legislação Ambiental brasileiros é de grande relevância para a formação pessoal, acadêmica e profissional dos egressos em Engenharia de Energia.

VI. EMENTA

Legislação ambiental. Conceito jurídico de meio ambiente. A proteção constitucional do meio ambiente e os bens ambientais. O sistema federativo e a competência no meio ambiente. A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. A Política Nacional de Recursos Hídricos. A proteção da flora, fauna e pesca. A Lei de Crimes Ambientais e os instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais.

VII. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Estudar os pressupostos básicos que norteiam o Direito e a Legislação Ambiental brasileiros, com vistas a contribuir para o processo de formação pessoal, acadêmica e profissional dos egressos do curso de graduação em Engenharia de Energia.

Objetivos Específicos

- . Estudar os pressupostos teóricos básicos acerca do Direito e da Legislação Ambiental brasileiros;
- . Promover a reflexão sobre a temática do ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético;
- . Salientar a importância do estudo do Direito e Legislação Ambiental na formação do egresso em Engenharia de Energia.

VIII. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução ao estudo do Direito e Legislação Ambiental
2. Conceito jurídico de meio ambiente

3. A proteção constitucional do meio ambiente e os bens ambientais
4. O sistema federativo e a competência no meio ambiente
5. A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA.
6. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
7. A Política Nacional de Recursos Hídricos
8. A proteção da flora, fauna e pesca
9. A Lei de Crimes Ambientais
10. Instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais
11. Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético

IX. METODOLOGIA DE ENSINO / DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

O processo de ensino/aprendizagem dar-se-á através da seguinte metodologia:

- . Aulas teóricas
- . Atividades dirigidas
- . Provas

Observação: O professor estará disponível para atendimento em sua sala nos seguinte horário: quinta-feira das 14:00 às 16:00 h

X. METODOLOGIA E INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

. A verificação do rendimento escolar compreenderá **frequência e aproveitamento** nos estudos, os quais deverão ser atingidos conjuntamente. Será obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo a 75% das mesmas.

. A nota mínima para aprovação na disciplina será 6,0 (seis). (Art. 69 e 72 da Res. nº 17/CUn/1997).

. O aluno com frequência suficiente (FS) e média das notas de avaliações do semestre entre 3,0 e 5,5 terá direito a uma nova avaliação no final do semestre (REC), exceto as atividades constantes no art.70,§ 2º. A nota será calculada por meio da média aritmética entre a média das notas das avaliações parciais (MF) e a nota obtida na nova avaliação (REC). (Art. 70 e 71 da Res. nº 17/CUn/1997).

. Ao aluno que não comparecer às avaliações ou não apresentar trabalhos no prazo estabelecido será atribuída nota 0 (zero). (Art. 70, § 4º da Res. nº 17/CUn/1997)

. A avaliação do desempenho de cada aluno dar-se-á através dos seguintes instrumentos:

a) Atividades dirigidas individuais, com consulta, com peso de 5,0 pontos e referente a todo o conteúdo programático a serem realizadas no decorrer de todo o semestre

b) Provas individuais, sem consulta e com peso de 5,0 pontos com datas e conteúdos assim previstos:

- . Prova 1 = Itens 1 a 4 do conteúdo programático
- . Prova 2 = Itens 5 a 7 do conteúdo programático
- . Prova 3 = Itens 8 e 9 do conteúdo programático

. A média final será assim calculada:

$$\text{Média final} = \text{Média das Atividades Dirigidas} + \text{Média das Provas}$$

. **Pedido de Nova Avaliação - Art. 74 da Res. nº 17/CUn/97:** O pedido de nova avaliação poderá ocorrer somente em casos em que o aluno, por motivo de força maior e plenamente justificado, deixar de realizar avaliações previstas no plano de ensino. O aluno deverá formalizar pedido de nova avaliação na Secretaria Acadêmica, ao chefe do Departamento de Energia e Sustentabilidade, dentro do prazo de 3 dias úteis, apresentando comprovação do motivo que o impediu de realizar a avaliação na data regular.

. Para a presente disciplina, a nova avaliação será efetuada na penúltima semana de aula, cujo dia, horário e local serão definidos pelo professor

. A recuperação será efetuada por meio de prova teórica, individual e sem consulta, referente a todo o conteúdo ministrado no semestre, cuja data está descrita no cronograma.

XI. CRONOGRAMA PREVISTO

AULA (Semana)	DATA	ASSUNTO
1ª	06/03/17 a 11/03/17	Apresentação e discussão do Plano de Ensino Introdução ao estudo do Direito e Legislação Ambiental
2ª	13/03/17 a 18/03/17	Conceito jurídico de meio ambiente
3ª	20/03/17 a 25/03/17	A proteção constitucional do meio ambiente
4ª	27/03/17 a 01/04/17	Os bens ambientais
5ª	03/04/17 a 08/04/17	O sistema federativo e a competência no meio ambiente
6ª	10/04/17 a 15/04/17	A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA. Prova 1 (12/04)
7ª	17/04/17 a 22/04/17	A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA. (continuação)
8ª	24/04/17 a 29/04/17	A Política Nacional do Meio Ambiente, seus instrumentos e o funcionamento do SISNAMA (continuação)
9ª	01/05/17 a 06/05/17	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
10ª	08/05/17 a 13/05/17	A Política Nacional de Recursos Hídricos
11ª	15/05/17 a 20/05/17	A proteção da flora, fauna e pesca. Prova 2 (17/05)
12ª	22/05/17 a 27/05/17	A proteção da flora, fauna e pesca (continuação).
13ª	29/05/17 a 03/06/17	A proteção da flora, fauna e pesca (continuação).
14ª	05/06/17 a 10/06/17	A Lei de Crimes Ambientais
15ª	12/06/17 a 17/06/17	A Lei de Crimes Ambientais (continuação).
16ª	19/06/17 a 24/06/17	Instrumentos judiciais e extrajudiciais de defesa dos bens ambientais
17ª	26/06/17 a 01/07/17	Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético Prova 3 (28/06)
18ª	03/07/17 a 08/07/17	Ordenamento jurídico ambiental e sua correlação com o setor energético (continuação) Recuperação (05/07)

OBS: O cronograma está sujeito a ajustes

XII. FERIADO PREVISTO PARA O SEMESTRE DE 2017.1

DATA	
03/04/17 (seg)	Aniversário de Araranguá
14/04/17 (sex)	Paixão de Cristo
15/04/17 (sab)	Dia não letivo
16/04/17 (dom)	Páscoa
21/04/17 (sex)	Tiradentes
22/04/17 (sab)	Dia não Letivo
01/05/17 (seg)	Dia do Trabalhador
04/05/17 (qui)	Dia da Padroeira de Araranguá
15/06/17 (qui)	Corpus Christi

XIII. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AUGUSTIN Sérgio; BERLINDA, P. Cunha . orgs. Diálogos de Direito Ambiental Brasileiro.[recurso eletrônico]. Volume 1. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012
2. CARLI, Vilma Maria Inocêncio. A obrigação legal de preservar o meio ambiente. 2. ed. rev. atual. ampl. Campinas: Servanda, 2004 696 p. ISBN 9788578900519.
3. REIS, Lineu Belico dos; CUNHA, Eldis Camargo Neves da. Energia elétrica e sustentabilidade: aspectos tecnológicos,

socioambientais e legais. Barueri: Manole, 2006. xv, 243 p. (Coleção ambiental). ISBN 8520425038.

XIV. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REIS, Lineu Belico dos; FADIGAS, Eliane A. Amaral; CARVALHO, Cláudio Elias. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2012. x, 447 p. (Coleção ambiental). ISBN 9788520432204

2. LEITE, José Rubens Morato. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial. 2. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: R. dos Tribunais, 2003. 343p

3. PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (BRASIL). ELETROBRÁS. Planejamento e controle ambiental-urbano e a eficiência energética. Rio de Janeiro: PROCEL, 2013. 218 p. (Guia técnico PROCEL edifica). ISBN 978857403038

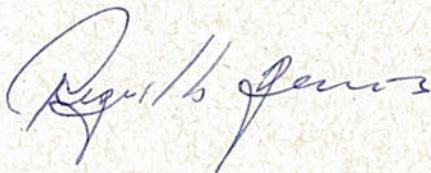
4. HINRICHS, Roger A.; KLEINBACH, Merlin; REIS, Lineu Belico dos. **Energia e meio ambiente**. São Paulo: Cengage Learning, c2011. xx, 708 p. ISBN 8522103372

5. GOLDEMBERG, Jose. Energia, meio ambiente & desenvolvimento. São Paulo: EDUSP, 2008. 400p. ISBN 978-85-314-1113-7

. Os livros acima citados constam na Biblioteca Setorial de Araranguá ou estão em fase de compras pela UFSC. Algumas bibliografias também podem ser encontradas no acervo da disciplina, impressos ou em CD, disponíveis para consultas em sala.

. Algumas bibliografias também estão disponíveis na UFSC-Campus Sede e também no acervo *online* da Biblioteca da UFSC.

Professor:



Aprovado pelo Departamento em ___/___/___

Chefia de Departamento:

Aprovado pelo Colegiado do Curso em 09/03/17

Presidente do Colegiado:



Prof. Dr. Luciano Lopes Pfitscher
Professor Adjunto
SIAPE: 1775764
UFSC Centro Araranguá